



**Empresa Brasil  
de Comunicação**

Consultor defende divulgação de integrantes de bancas examinadoras para garantir transparência de concursos.

A divulgação dos profissionais que integram as bancas examinadoras, responsáveis pela correção de provas em concursos públicos, é fundamental para garantir transparência aos processos seletivos, avalia o consultor jurídico da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros, Alessandro Dantas. Segundo o advogado especialista em concursos públicos, o sigilo dessas informações pode comprometer a qualidade das avaliações.

“O candidato tem direito de saber quem está avaliando, principalmente quando há questões discursivas. Há concursos em que o nível dos candidatos é altíssimo, sendo alguns já ocupantes de cargos de alto escalão, mas que tentam outros ainda melhores. Por isso, é preciso saber se quem vai corrigir suas respostas tem qualificação suficiente”, defendeu.

Em um concurso promovido este ano para a Guarda Municipal de Belém (PA), candidatos reclamaram que havia entre os avaliadores do teste físico estudantes universitários em vez de profissionais da área.

“Só descobrimos porque conversamos com alguns deles durante o teste e ficamos apavorados porque no edital, inclusive, estava descrito que os testes físicos seriam avaliados por profissionais de educação física e não acadêmicos”, disse Victor Hugo Mória, um dos candidatos. Ele foi aprovado na prova escrita, mas acabou eliminado no teste físico.

Segundo a assessoria de comunicação da Guarda Municipal de Belém, por orientação do Ministério Público, a avaliação física foi refeita e um número maior de candidatos, em relação à previsão inicial de vagas, acabou sendo aprovado. O edital previa a convocação de 285 pessoas, mas foram chamadas 315, que atualmente fazem o curso de formação.

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe-UnB), uma das principais instituições responsáveis pela organização de concursos públicos no país, informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que as provas são elaboradas por bancas compostas por especialistas, levando em consideração a competência, o nível acadêmico e o conhecimento dos profissionais. A identificação dessas pessoas, no entanto, não é divulgada por questões de segurança.

A Escola de Administração Fazendária (Esaf) e a Fundação Universa, que também organizam diversos concursos públicos no país, não responderam aos questionamentos da Agência Brasil até o fechamento desta reportagem.

**Fonte:** Agência Brasil